

Trimestre Segundo

Ano 2024

O presente boletim é realizado pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) do Instituto de Economia da Unicamp. Ele contém uma síntese de informações do mercado de trabalho brasileiro, por trimestre, a partir de recortes socioeconômicos e regionais de amplo interesse. Seu objetivo é facilitar o acesso aos dados oficiais do mercado de trabalho brasileiro.

A divulgação periódica acompanha a disponibilização dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNAD Contínua Trimestral) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD Contínua é uma pesquisa de caráter amostral e as estimações aqui apresentadas seguem os critérios de calibração e projeção populacional adotados pelo IBGE. A divulgação deste boletim é livre e gratuita e a reprodução das estatísticas calculadas é liberada, desde que citada a fonte.

Para maiores informações, análises mais detalhadas e contato com pesquisadores da área, acesse o site do [CESIT](#).

Conteúdo

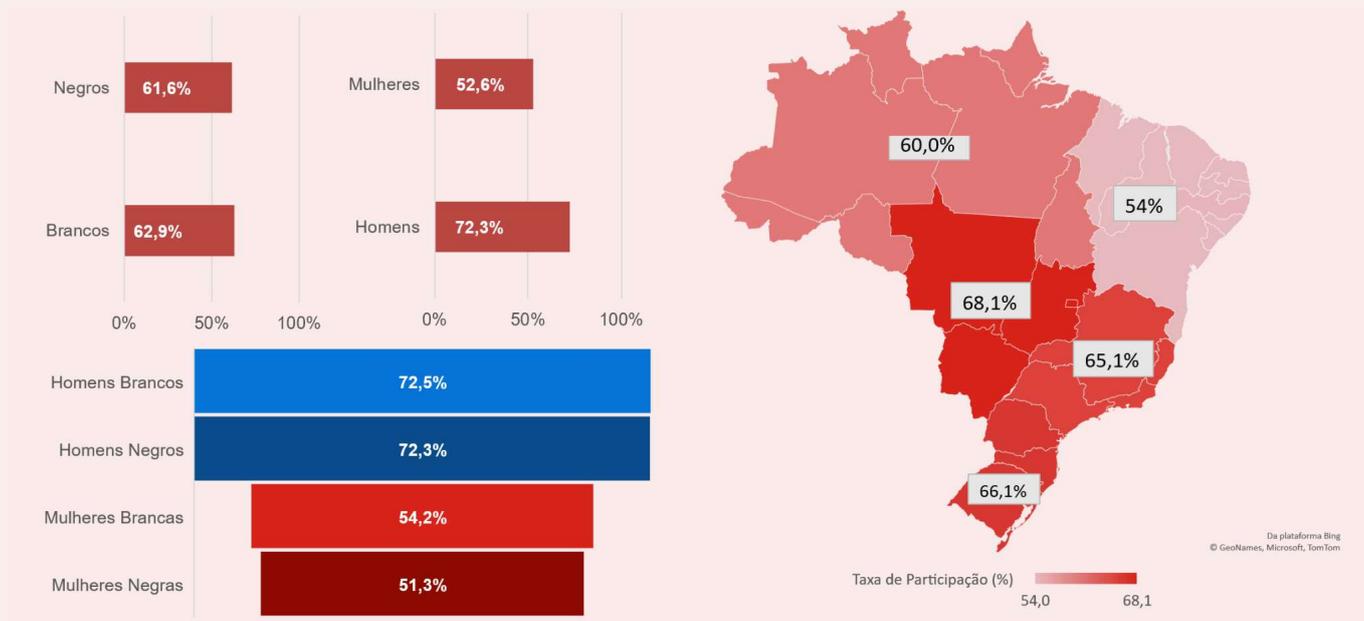
1. **Condição em relação à força de trabalho**
 - a. **Taxa de participação**
 - b. **População fora da força de trabalho**
 - c. **Razão do interrompimento da busca por trabalho**
2. **População ocupada**
 - a. **População na força de trabalho**
 - b. **Nível de ocupação**
3. **Desocupados**
 - a. **Desocupação**
 - b. **Desocupação entre jovens**
 - c. **Subutilização da força de trabalho**
 - d. **Tempo na busca por trabalho**
4. **Informalidade (metodologia CESIT)**
5. **Remuneração habitual média**

1. a. TAXA DE PARTICIPAÇÃO

62,2%

- A taxa de participação é o percentual de pessoas de 14 anos ou mais na força de trabalho em relação ao total de pessoas de 14 anos ou mais.
- **Cálculo:** percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade ativa: $[PEA / PIA] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de participação (%)

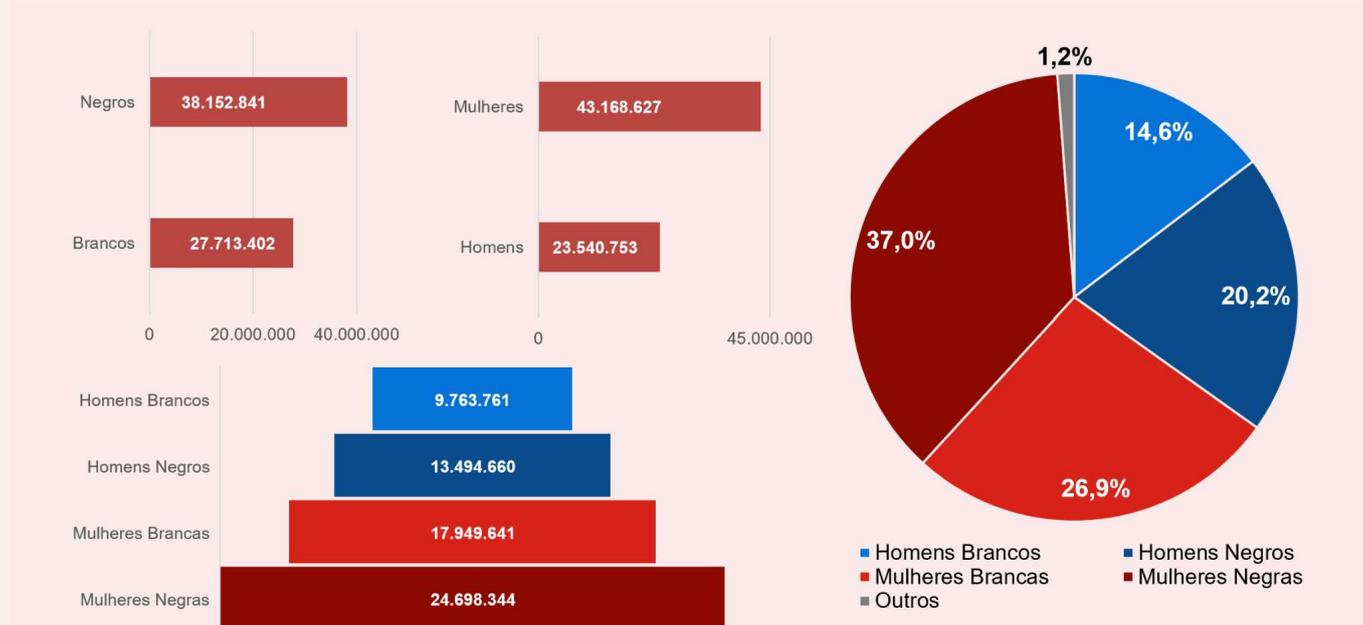
Acre	50,9	Maranhão	50,5	Rio de Janeiro	61,5
Alagoas	52,0	Mato Grosso	70,0	Rio Grande do Norte	53,9
Amapá	61,1	Mato Grosso do Sul	66,0	Rio Grande do Sul	65,3
Amazonas	59,9	Minas Gerais	65,2	Rondônia	58,9
Bahia	56,6	Pará	60,3	Roraima	64,4
Ceará	51,7	Paraíba	53,9	Santa Catarina	68,5
Distrito Federal	68,4	Paraná	65,3	São Paulo	66,5
Espírito Santo	64,7	Pernambuco	54,4	Sergipe	58,6
Goiás	67,8	Piauí	53,7	Tocantins	62,7

1. b. POPULAÇÃO FORA DA FORÇA DE TRABALHO

66,7 milhões

- São classificadas como fora da força de trabalho na semana de referência **as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência**. Isto é, pessoas que não estavam trabalhando nem buscando trabalho.
- **Cálculo:** pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas: PNEA.

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

População fora da força de trabalho (%)

Acre	49,1	Maranhão	49,5	Rio de Janeiro	38,5
Alagoas	48,0	Mato Grosso	30,0	Rio Grande do Norte	46,1
Amapá	38,9	Mato Grosso do Sul	34,0	Rio Grande do Sul	34,7
Amazonas	40,1	Minas Gerais	34,8	Rondônia	41,1
Bahia	43,4	Pará	39,7	Roraima	35,6
Ceará	48,3	Paraíba	46,1	Santa Catarina	31,5
Distrito Federal	31,6	Paraná	34,7	São Paulo	33,5
Espírito Santo	35,3	Pernambuco	45,6	Sergipe	41,4
Goiás	32,2	Piauí	46,3	Tocantins	37,3

1. c. RAZÕES PARA O INTERROMPIMENTO DA BUSCA POR TRABALHO

Para as pessoas fora da força de trabalho, a PNAD contínua pergunta qual foi o principal motivo de não se ter tomado providência para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias.

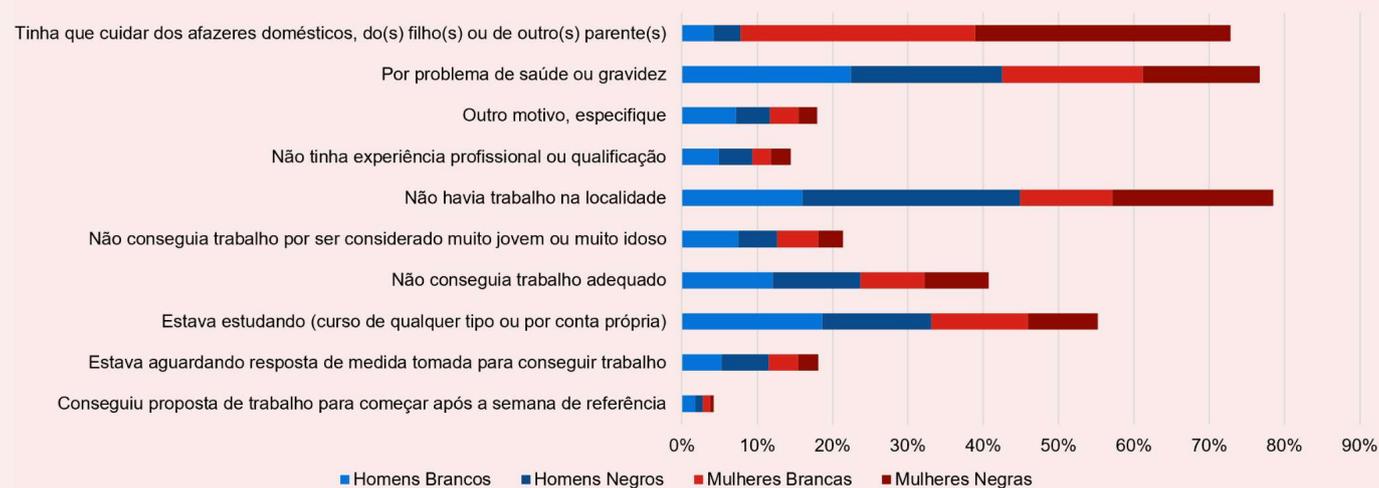
PANORAMA NACIONAL

Principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho no período (%)

Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	22,7
Não havia trabalho na localidade	20,8
Por problema de saúde ou gravidez	18,0
Estava estudando (curso de qualquer tipo ou por conta própria)	12,2
Não conseguia trabalho adequado	9,7
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	4,6
Outro motivo, especifique	4,1
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	3,7
Não tinha experiência profissional ou qualificação	3,3
Conseguiu proposta de trabalho para começar após a semana de referência	0,9

Valores por raça e gênero

No período de referência, o principal motivo de não tomar providência para conseguir um trabalho foi:



22%

Dos homens brancos que não procuraram trabalho no período de referência relataram **problema de saúde**.

31%

Das mulheres brancas que não procuraram trabalho no período de referência relataram que **tinham que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)**.

29%

Dos homens negros que não procuraram trabalho no período de referência relataram **não haver trabalho na localidade**.

34%

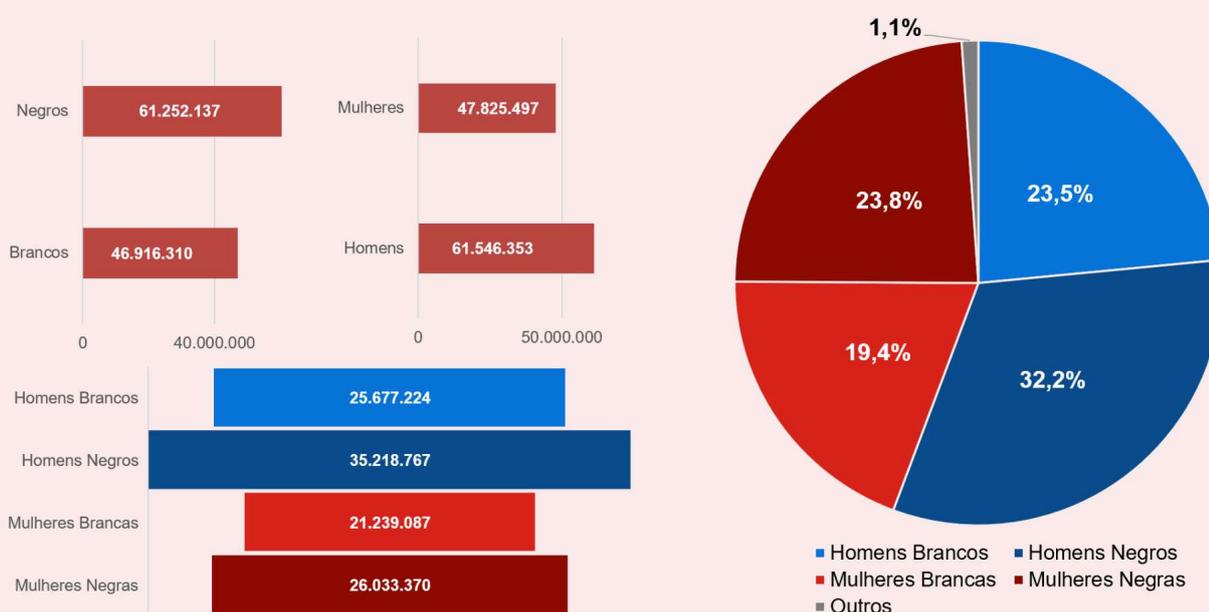
Das mulheres negras que não procuraram trabalho no período de referência relataram que **tinham que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)**.

2. a. POPULAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

109,4 milhões

- A população economicamente ativa é a **soma das pessoas ocupadas e desocupadas**. Ou seja, é composta das pessoas que trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado na semana de referência (ocupadas) ou que, caso não ocupadas nesse período, tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho (IBGE, 2016).
- **Cálculo:** pessoas ocupadas + pessoas desocupadas: [PO + PD]

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

População na força de trabalho

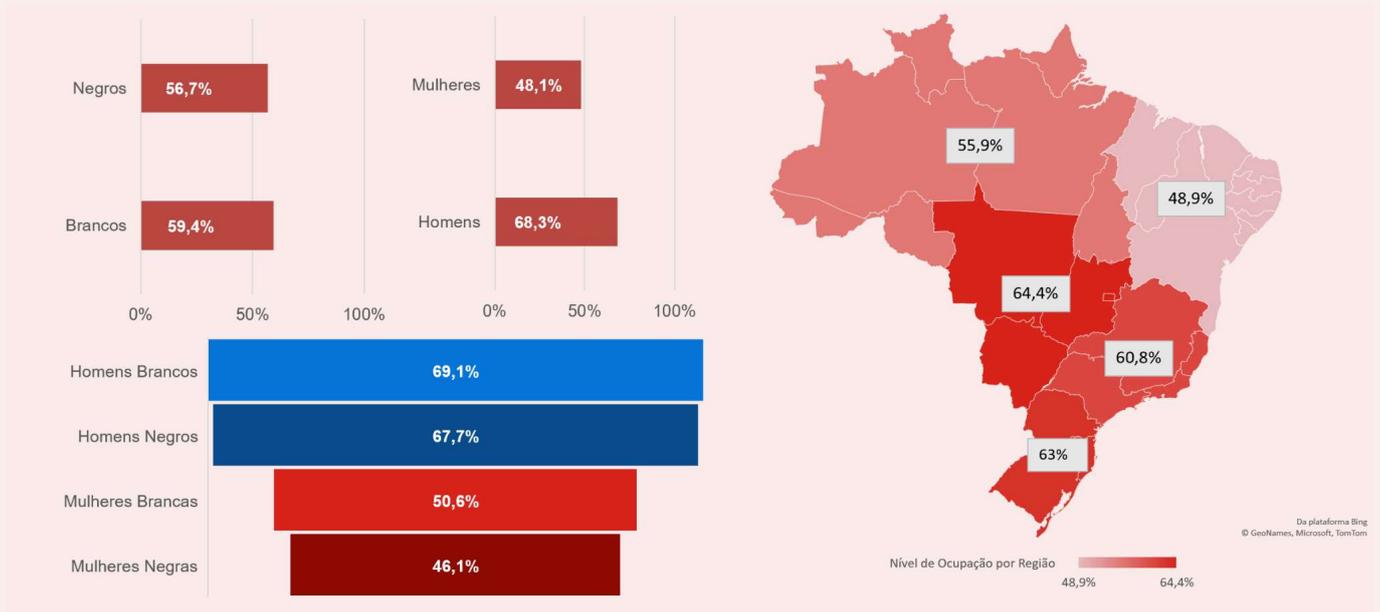
Acre	355.892	Maranhão	2.838.742	Rio de Janeiro	9.104.009
Alagoas	1.386.563	Mato Grosso	1.980.207	Rio Grande do Norte	1.584.682
Amapá	427.639	Mato Grosso do Sul	1.493.902	Rio Grande do Sul	6.229.372
Amazonas	1.946.899	Minas Gerais	11.594.266	Rondônia	880.374
Bahia	6.928.594	Pará	4.195.405	Roraima	294.211
Ceará	3.916.679	Paraíba	1.760.065	Santa Catarina	4.231.237
Distrito Federal	1.786.396	Paraná	6.284.755	São Paulo	26.253.886
Espírito Santo	2.199.308	Pernambuco	4.265.512	Sergipe	1.117.433
Goiás	4.082.650	Piauí	1.420.408	Tocantins	812.764

2. b. NÍVEL DE OCUPAÇÃO

58,0%

- O nível de ocupação mede o percentual de **pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar**, ou seja, à população em idade ativa. São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, **trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios** (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana (IBGE, 2016).
- **Cálculo:** percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa: $[Ocupados / PIA] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Nível de ocupação (%)

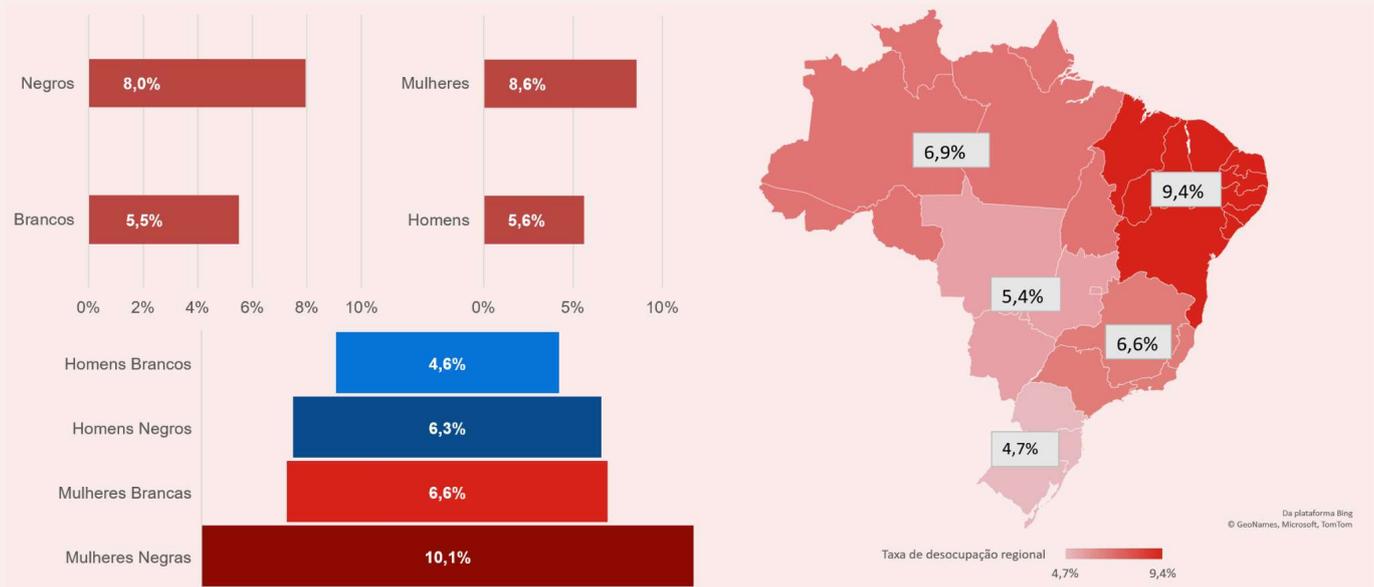
Acre	47,3	Maranhão	45,2	Rio de Janeiro	55,6
Alagoas	47,7	Mato Grosso	66,1	Rio Grande do Norte	49,0
Amapá	55,6	Mato Grosso do Sul	62,8	Rio Grande do Sul	61,5
Amazonas	55,1	Minas Gerais	60,3	Rondônia	57,0
Bahia	50,3	Pará	54,6	Roraima	59,8
Ceará	47,8	Paraíba	48,4	Santa Catarina	66,3
Distrito Federal	61,8	Paraná	62,3	São Paulo	62,3
Espírito Santo	61,8	Pernambuco	47,6	Sergipe	53,3
Goiás	64,3	Piauí	48,3	Tocantins	60,0

3. a. TAXA DE DESEMPREGO

6,9%

- A taxa de desemprego (ou desocupação) mede o **percentual da população na força de trabalho que está desocupada**. São classificadas como desocupadas na semana de referência: i) as pessoas não ocupadas nesse período, que tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência e; ii) as pessoas não ocupadas e disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência porque já haviam conseguido trabalho para começar após a semana de referência (IBGE, 2016).
- **Cálculo:** percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho:
[Desocupados / PEA] x 100

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de desocupação (%)

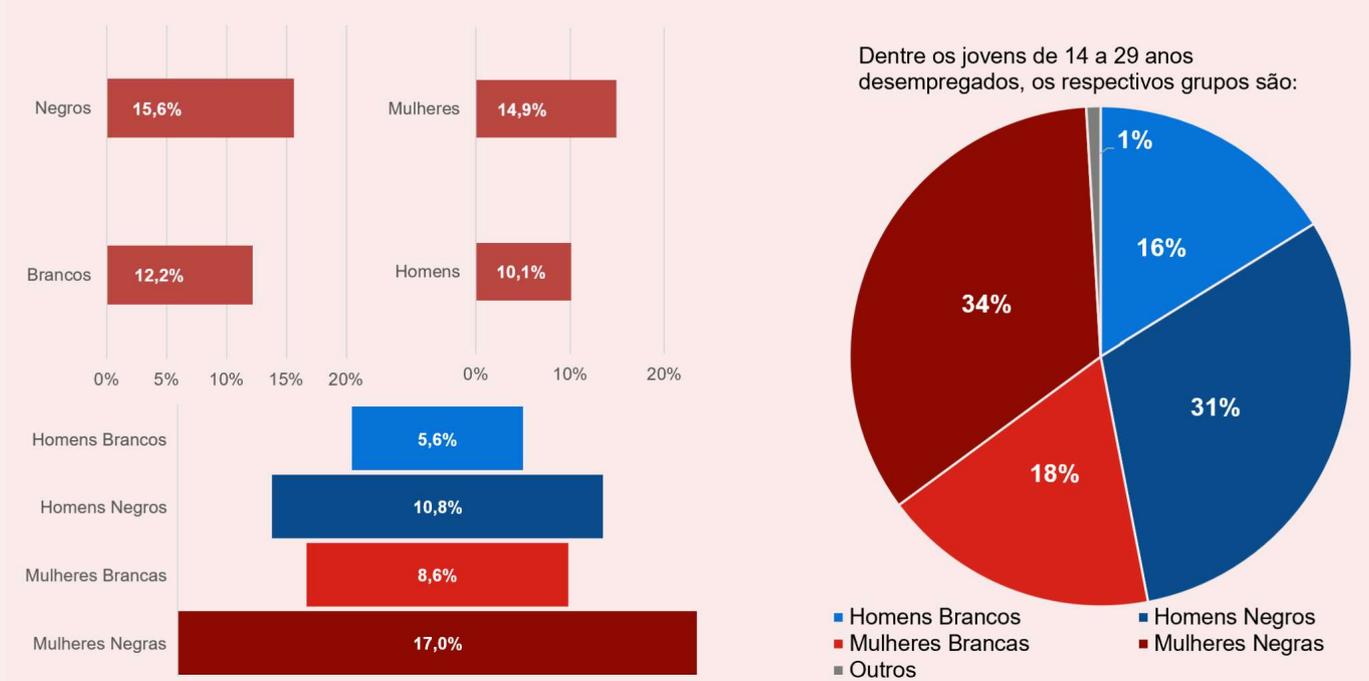
Acre	7,2	Maranhão	7,3	Rio de Janeiro	9,6
Alagoas	8,1	Mato Grosso	3,3	Rio Grande do Norte	9,1
Amapá	9,0	Mato Grosso do Sul	3,8	Rio Grande do Sul	5,9
Amazonas	7,9	Minas Gerais	5,3	Rondônia	3,3
Bahia	11,1	Pará	7,4	Roraima	7,1
Ceará	7,5	Paraíba	8,6	Santa Catarina	3,2
Distrito Federal	9,7	Paraná	4,4	São Paulo	6,4
Espírito Santo	4,5	Pernambuco	11,5	Sergipe	9,1
Goiás	5,2	Piauí	7,6	Tocantins	4,3

3. b. DESEMPREGO ENTRE JOVENS

12,2%

- São considerados jovens trabalhadores de até 29 anos.
- **Cálculo:** percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho:
[Desocupados / PEA] x 100

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR FAIXA ETÁRIA

Taxa de desocupação (%)

Faixa etária	Taxa de desocupação	Desocupação rural	Desocupação urbana
14 a 16 anos	30,0	10,4	33,5
17 a 19 anos	23,0	16,1	23,8
20 a 24 anos	12,0	10,2	12,2
25 a 29 anos	7,6	6,9	7,7
30 a 39 anos	5,7	5,5	5,7
40 a 49 anos	4,9	4,0	5,0
50 a 59 anos	4,2	3,0	4,3
60 anos ou mais	3,1	1,1	3,3
Total	6,9	5,6	7,0

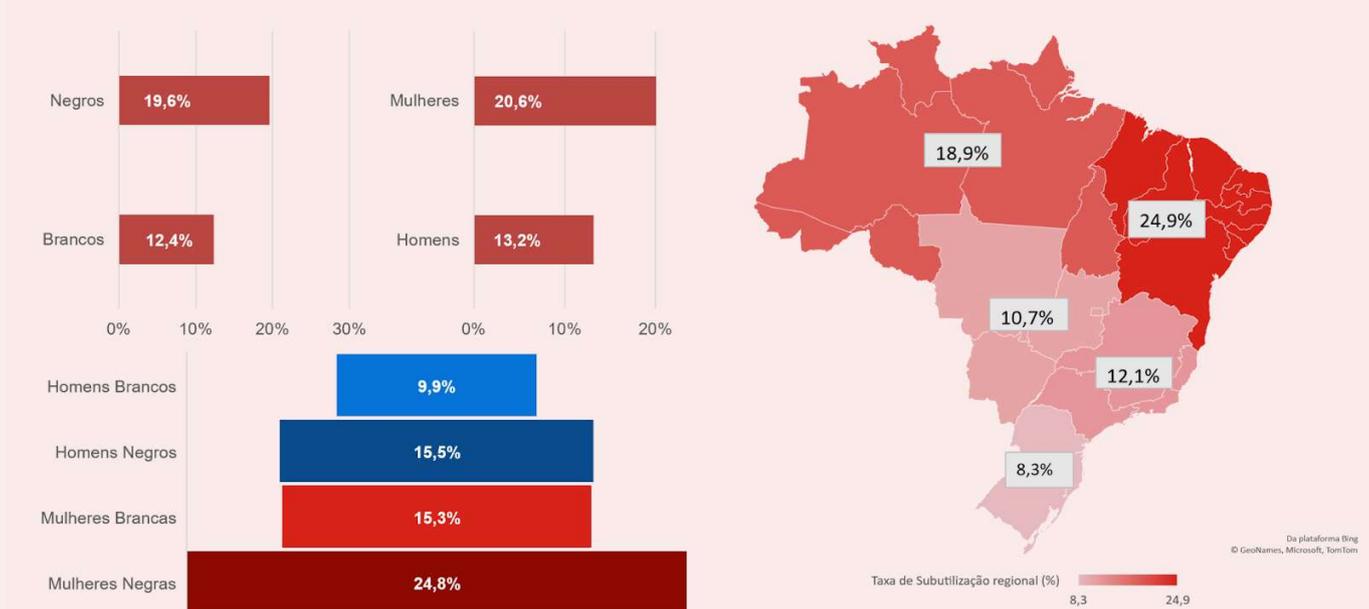
Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

3. c. SUBUTILIZAÇÃO

16,5%

- A **Subutilização da Força de Trabalho** (*labour underutilization*) é um conceito construído para complementar o monitoramento do mercado de trabalho, além da medida de desocupação, que tem como objetivo **fornecer a melhor estimativa possível da demanda por trabalho em ocupação**. Possui três componentes mutuamente exclusivos, sendo que dois componentes integram a força de trabalho: i) os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e os ii) desocupados; a eles se somam os que integram a iii) força de trabalho potencial (IBGE, 2023b).
- **Cálculo:** taxa composta de subutilização da força de trabalho: $[(\text{Desocupados} + \text{Subocupados} + \text{Força de Trabalho Potencial}) / (\text{PEA} + \text{Força de Trabalho Potencial})] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de subutilização (%)

Acre	15,6	Maranhão	23,9	Rio de Janeiro	15,3
Alagoas	24,3	Mato Grosso	7,5	Rio Grande do Norte	19,1
Amapá	15,8	Mato Grosso do Sul	9,0	Rio Grande do Sul	10,4
Amazonas	14,5	Minas Gerais	11,6	Rondônia	6,4
Bahia	28,1	Pará	22,7	Roraima	16,2
Ceará	21,8	Paraíba	22,3	Santa Catarina	4,9
Distrito Federal	15,8	Paraná	8,5	São Paulo	11,5
Espírito Santo	8,5	Pernambuco	24,6	Sergipe	24,0
Goiás	10,6	Piauí	31,7	Tocantins	15,4

3. d. TEMPO DECORRIDO NA BUSCA POR TRABALHO

Para as pessoas fora da força de trabalho, a PNAD contínua pergunta, considerando até o último dia da semana de referência, quanto tempo fazia que se estava sem qualquer trabalho e tentando conseguir trabalho.

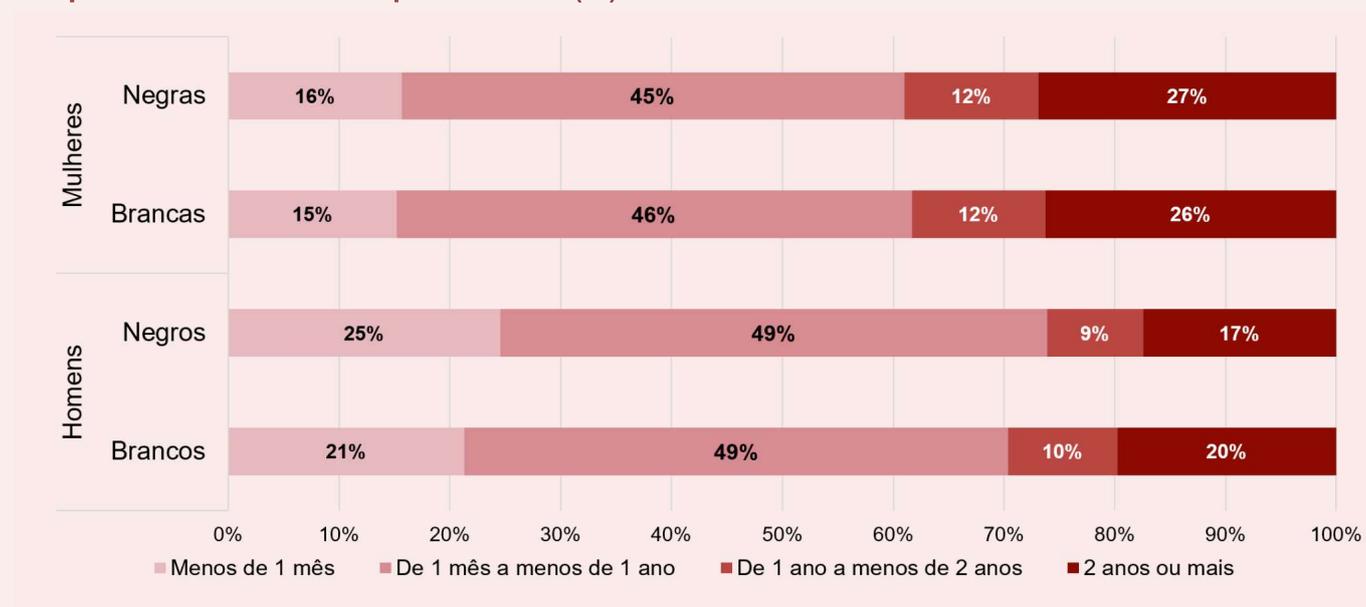
PANORAMA NACIONAL

Tempo decorrido na busca por trabalho (%)

Menos de 1 mês	19,1
De 1 mês a menos de 1 ano	47,3
De 1 ano a menos de 2 anos	10,7
2 anos ou mais	22,9

Valores por raça e gênero

Tempo decorrido na busca por trabalho (%)



20%

Dos homens brancos que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho.

26%

Das mulheres brancas que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho.

17%

Dos homens negros que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho.

27%

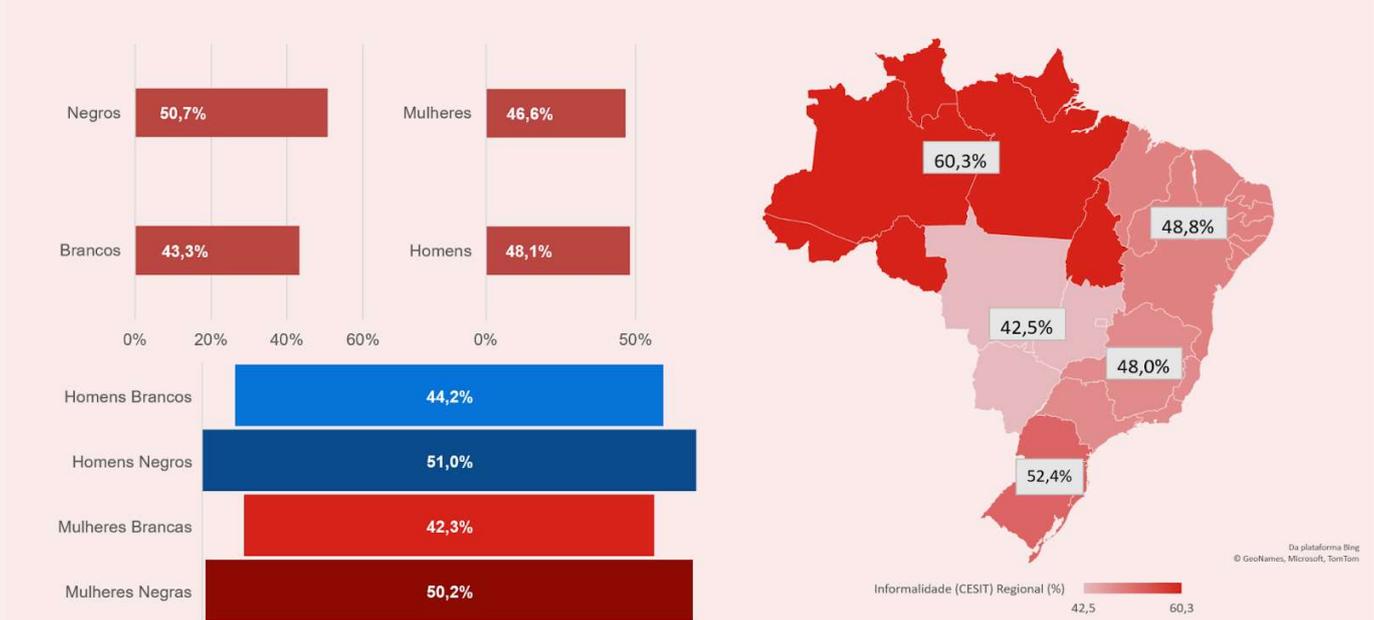
Das mulheres negras que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho.

4. INFORMALIDADE (METODOLOGIA CESIT)

47,4%

- A taxa de informalidade representa o percentual dos trabalhadores brasileiros ocupados que não têm acesso aos direitos trabalhistas. Na proposta de cálculo do CESIT, são considerados informais **os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, os empregados no setor público sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores familiares auxiliares.**
- **Cálculo:** percentual de informais com relação à população ocupada: $[\text{Informais} / \text{PO}] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de informalidade (CESIT) (%)

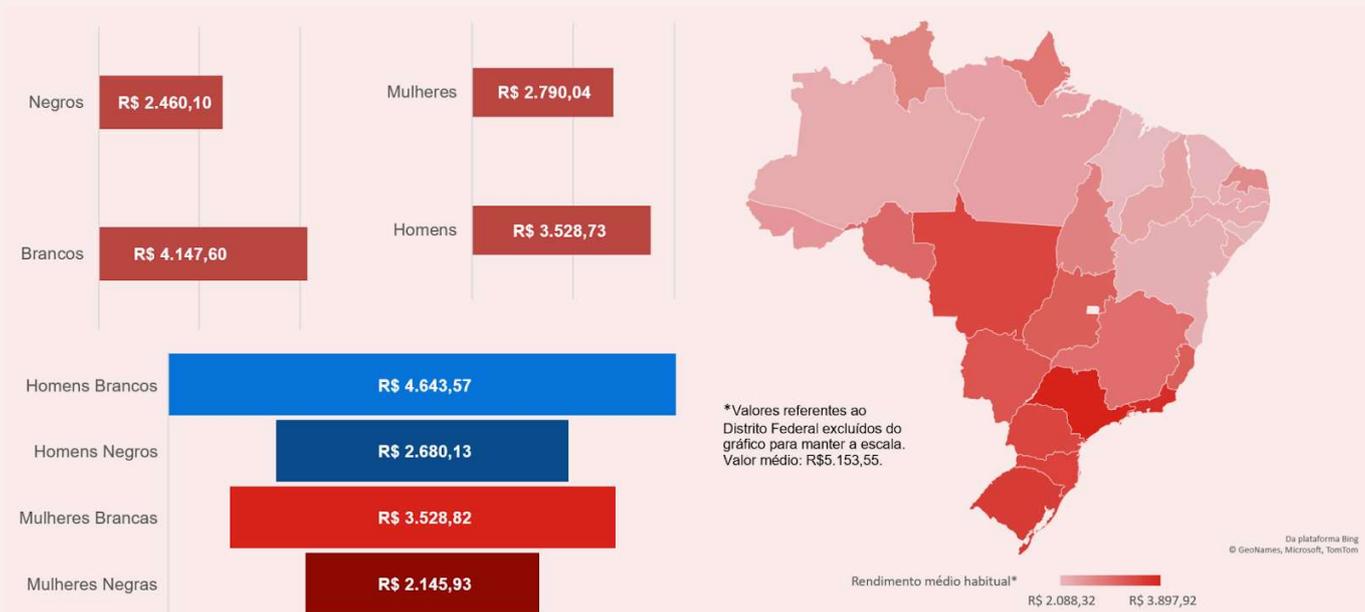
Acre	52,1	Maranhão	65,4	Rio de Janeiro	45,5
Alagoas	56,1	Mato Grosso	43,0	Rio Grande do Norte	50,2
Amapá	54,9	Mato Grosso do Sul	42,0	Rio Grande do Sul	42,8
Amazonas	62,0	Minas Gerais	45,7	Rondônia	52,0
Bahia	58,0	Pará	63,1	Roraima	55,9
Ceará	61,5	Paraíba	59,0	Santa Catarina	36,2
Distrito Federal	37,1	Paraná	39,8	São Paulo	40,1
Espírito Santo	49,3	Pernambuco	57,8	Sergipe	55,3
Goiás	45,1	Piauí	64,5	Tocantins	58,7

5. Rendimento habitual médio

R\$3.213,60

- O rendimento habitual consiste no rendimento recebido por empregados, empregadores e trabalhadores por conta própria, mensalmente, **sem acréscimos extraordinários ou descontos esporádicos**. Caso o rendimento recebido de empregado, de trabalhador por conta própria e de empregador seja variável, considera-se o rendimento habitual aquele em média recebido pela pessoa no período em que realizava o trabalho declarado na semana de referência. Quando a remuneração varia em função do período ou estação do ano, considera-se o rendimento mensal que a pessoa ganha habitualmente nesse período sazonal (IBGE, 2016).
- Para não distorcer a percepção das demais regiões, o valor do rendimento habitual médio para o Distrito Federal foi ocultado do gráfico. Ele foi de R\$5.153,55.

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
AC	R\$ 2.470,29	R\$ 2.535,77	MA	R\$ 2.173,53	R\$ 1.964,99	RJ	R\$ 4.210,67	R\$ 3.169,84
AL	R\$ 2.197,52	R\$ 2.025,33	MT	R\$ 3.912,61	R\$ 2.894,94	RN	R\$ 2.765,61	R\$ 2.485,52
AM	R\$ 3.029,06	R\$ 2.699,37	MS	R\$ 3.646,17	R\$ 2.881,85	RS	R\$ 4.031,76	R\$ 3.047,62
AP	R\$ 2.339,78	R\$ 2.186,78	MG	R\$ 3.332,71	R\$ 2.560,46	RO	R\$ 3.369,81	R\$ 2.557,65
BA	R\$ 2.288,44	R\$ 2.086,05	PA	R\$ 2.514,16	R\$ 2.183,24	RR	R\$ 2.768,85	R\$ 2.670,04
CE	R\$ 2.309,03	R\$ 1.957,69	PB	R\$ 2.371,76	R\$ 2.111,37	SC	R\$ 3.949,39	R\$ 2.994,74
DF	R\$ 5.897,54	R\$ 4.267,01	PR	R\$ 3.864,66	R\$ 2.905,85	SP	R\$ 4.376,48	R\$ 3.298,85
ES	R\$ 3.538,83	R\$ 2.717,57	PE	R\$ 2.414,75	R\$ 2.085,48	SE	R\$ 2.376,69	R\$ 2.171,50
GO	R\$ 3.672,03	R\$ 2.591,79	PI	R\$ 2.513,80	R\$ 2.115,56	TO	R\$ 2.891,47	R\$ 2.509,34

CESIT

Centro de Estudos Sindicais e de
Economia do Trabalho

RECONHECIMENTO



A realização deste boletim foi possibilitada pela parceria entre o CESIT e o **Fundo Brasil**. O Fundo Brasil de Direitos Humanos é uma fundação independente, sem fins lucrativos, com a proposta inovadora de construir mecanismos sustentáveis para canalizar recursos destinados aos defensores de direitos humanos. A fundação impulsiona as atividades de pessoas e organizações não governamentais voltadas à defesa dos direitos no país. Faz isso por meio de um modelo de apoio a projetos que estimula o investimento social e desenvolve a filantropia nacional voltada para a justiça social. Para saber mais sobre a organização acesse o site www.fundobrasil.org.br.

REFERÊNCIAS

IBGE.2023a. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua \(PNAD Contínua\)](#). 3º trimestre de 2023. Microdados.

IBGE. 2023b. [Novos Indicadores Sobre a Força de Trabalho](#). 1º trimestre de 2023.

IBGE. 2016. [Glossário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua \(PNAD Contínua\)](#).